

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Requerimento n° de 2011 (Do Sr. Domingos Dutra)

Requer o encaminhamento de ofício ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo; ao Superintendente da Polícia Federal do Pará, Sr. Manoel Fernando Abbadi; ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, Sr. Nilton Jorge Barreto Atayde ; e ao Sr Dr. Juiz Federal da 2º Vara Federal de Marabá-PA, Marcos Silva Rosa, para informar que o Senhor Antonio Tiburcio de Almeida e sua família estão ameaçados de morte e solicitar proteção policial para garantir a integridade física.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do RICD, que a Comissão de Direitos Humanos e Minoria encaminhe ofício ao Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo; ao Superintendente da Polícia Federal do Pará, Sr. Manoel Fernando Abbadi; ao Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, Sr. Nilton Jorge Barreto Atayde; e ao Sr Dr. Juiz Federal da 2º Vara Federal de Marabá-PA, Marcos Silva Rosa, para informar que o Senhor Antonio Tiburcio de Almeida e sua família estão ameaçados de morte e solicitar proteção policial para garantir a integridade física.

JUSTIFICATIVA

O Senhor Antonio Tibúrcio de Almeida, brasileiro, 59 anos, casado, pai de família. Natural de Santa Luzia do Paruá (MA), foi morar em Tucuruí (PA) em 1977 para trabalhar de serralheiro na construção da Usina de Tucuruí.

Em 2007, após consultar seu CPF na Receita Federal, o Sr. Antonio Tiburcio descobriu que há 11 (onze) anos tinha duas empresas em seu nome: AT DE ALMEIDA TRANSPORTE e AT DE ALMEIDA LTDA. Ambas localizadas na Rodovia Porto da Balsa, KM 1, Tucuruí - PA.

Desde então, o Senhor Tiburcio e sua família têm realizado uma verdadeira *via crucis* em busca de justiça. Recebeu negativas de advogados da cidade para defender sua causa. Sozinho procurou o Conselho Nacional de Justiça, a Polícia Federal, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça. Os órgãos alegaram que o caso deve ser resolvido no Estado do Pará.

Em 31 de janeiro de 2011, Antonio Tiburcio conseguiu ajuizar Processo Judicial (sob nº 0000430-35.2011.4.01.3901, que tramita na 2ª Vara Federal de Marabá-Pará) contra os Senhores Rogério Pirshner e Antônio Alves de Souza e contra a Junta Comercial do Estado do Pará- JUCEPA, requerendo indenização por dano moral em decorrência de terem utilizado seus dados pessoais (nome, CPF etc) sem autorização para constituírem as empresas mencionadas.

Por ter tomado esta atitude, o Sr. Tiburcio e sua família têm recebido ameaças de morte, estão desempregados, acuados, mudaram de cidade e de Estado, bem como se desfizeram de seus poucos bens materiais.

Urge que esta Comissão oficie o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e Polícia Civil do Pará e a 2ª Vara Federal de Marabá para que se sensibilizem, priorizem e garantam segurança para o Sr. Tibúrcio e sua família, por terem a coragem de confrontar grandes empresários madeireiros e buscarem justiça.

Sala da Comissão, em de novembro de 2011.

“Justiça se Faz na Luta!”

Domingos Dutra

Deputado Federal – PT/MA